

## NOTAS SOBRE A MORFOLOGIA URBANA DAS CIDADES COLONIAIS HISPÂNICAS E PORTUGUESAS NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>.

RENATA ROGOWSKI POZZO<sup>2</sup>.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou-se em 2007 e busca entender a configuração da morfologia urbana das cidades latino-americanas no processo de conquistas e período colonial. A curiosidade sobre o tema surge da percepção de que a paisagem contemporânea das cidades latino-americanas, principalmente as capitais e outras cidades fundadas no período colonial, apresenta uma diversidade nítida de planos urbanos. Logo de início, nota-se uma diferença entre o traçado das ruas dos centros históricos das cidades da América colonial espanhola e portuguesa. As primeiras exibem a forma clássica do tabuleiro de xadrez, traçado retilíneo que tem o retângulo como forma básica, enquanto as outras, **a princípio**, parecem ter sido desenhadas ao acaso, sem planificações.

A partir da perspectiva de formação sócio-espacial, este artigo visa demonstrar como o tipo de colonização, que normalmente é apontado como explicação, não foi o único contexto formador destas diferenças, mas também as características físicas (como a escolha dos altiplanos andinhos pelos espanhóis *vs* planícies costeiras pelos portugueses) e as formas de organização das sociedades ameríndias pré-existent:

“Un somero examen de mapas fisiográficos de América del Sur sirve para demostrar que es preciso distinguir en ella dos partes bien diferentes: la atlántica e la andina. El estudio del hombre que en ellas vive y de las actividades que practica refuerza tal distinción” (Azevedo, 1975, p.181).

Enquanto os espanhóis ocuparam o espaço dos Altiplanos da Cordilheira dos Andes, os portugueses instalaram suas vilas e cidades na Planície Costeira Brasileira, recortada por Serras Cristalinas. O relevo dos Altiplanos, que são imensos planaltos localizados a grandes altitudes, proporcionou condições muito favoráveis para a instalação do tabuleiro; ao contrário, o relevo recortado do litoral brasileiro favoreceu a abertura de ruas em padrão irregular e curvilíneo, acompanhando a topografia.

Este fato, somado a existência de comunidades ameríndias que viviam em um tipo de organização praticamente urbana na América andina (caso dos maias, incas e astecas), em contraste aos tupi-guaranis do litoral brasileiro, facilitou a organização das cidades espanholas, que chegaram a utilizar da estrutura das cidades indígenas.

Esta pesquisa, em desenvolvimento, objetiva aprofundar cada uma destas questões, apontando linhas gerais para a análise da formação e do desenvolvimento da estrutura das cidades latino-americanas. Diz-se em *linhas gerais*, pois, em cada cidade esta morfologia se expressa de forma diferente, de acordo com as especificidades geográficas do lugar.

Compreendendo o espaço geográfico como o resultado dialético da relação sociedade/natureza, passado/presente e forma/conteúdo e buscando a interpretação da gênese e evolução desta estrutura, coloca-se como perspectiva central norteadora da pesquisa, a teoria de formação sócio-espacial (Milton Santos), englobando as idéias de múltiplas determinações (Marx) e combinações (Cholley) como instrumentos teóricos.

---

<sup>1</sup> Artigo extraído de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade do Estado de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Geografia, no ano de 2007, intitulado Cidades da América Latina: as diversidades entre Florianópolis – Brasil e Bogotá – Colômbia.

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do CNPq.

## AS CONFIGURAÇÕES DA NATUREZA.

“Antes mesmo da história, já a geografia é causa do contraste entre o altiplano de rica vegetação, o deserto e as costas tropicais; [...], constituindo um ponto de partida para diferenças não menos profundas; e, tal como para a América Latina em seu conjunto, o plural parece se impor, contra o uso gramatical, para refletir contrastes desconcertantes até mesmo em países relativamente pequenos, como o Equador ou a Guatemala...” (Donghi, 1975, p.7).

A configuração física, natural, é um dos fatores que contribuiu na organização e na diferenciação regional latino-americana, onde percebe-se que as formações sócio-espaciais em geral acompanham estruturas físicas. Segundo Rangel (1993, p.10):

“A parte espanhola foi dando origem a futuras ‘nações’, mais ou menos homogêneas, condizentes com suas respectivas **geografias físicas**, ao passo que, na América portuguesa, a menor heterogeneidade, sob o ponto de vista da geografia física, deu origem, não a várias unidades políticas, mas a uma só futura **nação** de dimensões ‘continentais’. Nosso Brasil. Nosso país talvez se distinga das demais grandes regiões da América precisamente pela relativa homogeneidade do ponto de vista da geografia física. Por isso mesmo ficou aberto o campo para uma assinalada diferenciação **histórica**”.

O continente americano se estende no globo segundo um eixo norte-sul, de um pólo a outro, desde o Ártico até o Antártico; suas grandes feições geomorfológicas (como a Cordilheira dos Andes e seus Altiplanos, Serra do Mar, Planalto do *Trapp* do Paraná, e Planícies Costeiras Atlântica e Pacífica) se dispõem nesta direção meridiana. Segundo Rouquié (1991, p.40):

“Por força dessa disposição axial, as diferenças de meio, de clima e de paisagem ou de povoamento são menos acentuadas entre o norte e o sul do que entre o leste e o oeste. Os contrastes mais sensíveis provêm das influências rivais das vertentes pacífica e atlântica”.

Quanto a isso podemos citar o exemplo da Colômbia, onde a capital, Bogotá, situada nas *Sábanas* das altas terras do Cundinamarca, com cerca de 2000 m de altitude, está a apenas cerca de 100 km distante das terras tropicais do vale do Rio Magdalena.

Na região andina, os espanhóis escolheram os **altiplanos**, as principais áreas de fixação dos índios americanos, para construir suas cidades. A Cordilheira dos Andes é formada por várias cadeias paralelas, separadas por bacias internas que correspondem aos altiplanos (planaltos elevados) que correm de norte a sul pela costa pacífica da América, com altitudes que variam de 2000 a 8000 metros e largura média de 300 km. Ainda utilizando o exemplo da Colômbia:

“Na Colômbia, a partir do nó de Pasto ao sul, os Andes se dividem em três alinhamentos, separados pelos vales do Cauca a oeste e do Magdalena a leste. A cordilheira central entre o Cauca e Magdalena é a mais elevada; ela compreende uma série de cimos vulcânicos coroados por geleiras de mais de 5.000 m como o Ruiz, o Huila e o Tolima. A cordilheira oriental, a despeito do Nevado de Cocuy (5.780 m), é constituída por uma sucessão de altiplanos (4.000) e planícies elevadas como a *sábana* de Bogotá” (Rouquié, 1991.p.47).

A Cordilheira dos Andes teve grande influência geográfica sobre a formação dos países, pois as formas do relevo representaram papel fundamental na organização dos povos. (VENTURINI, 1975). Em toda América Andina verifica-se a concentração da população nas montanhas, visto que suas porções de terras baixas (planície costeira) são muito estreitas - e desérticas em alguns casos - e a floresta equatorial muito selvagem. Um país como a Colômbia, concentra 75% da população na região andina, que corresponde a apenas 25% do território.

Constam na Lei das Índias (primeira legislação urbanística moderna, instituída em 1573 por Felipe II, Rei da Espanha, que regia genericamente a fundação das cidades castelhanas na América), várias indicações sobre a escolha do lugar para a edificação da cidade colonial, tais como procurar sempre áreas “saudáveis”, com abundância de homens jovens, mantimentos e animais sadios. Esta também aconselhava a escolha não de lugares muito altos e expostos aos ventos, nem tão baixos; talvez por isso a escolha dos espanhóis pelos altiplanos para edificarem

suas cidades. Aliás, há recomendações explícitas do legislador neste sentido, excetuando o caso de haverem bons portos na linha de costa, as cidades deveriam ser fundadas nos altiplanos.

Ao contrário das cidades espanholas da América, as portuguesas, ou seja, as brasileiras, desenvolveram-se na planície costeira<sup>3</sup>, frequentemente em baías abrigadas, como é o caso de Florianópolis, (também do Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz e de Belém) que oferecia boas condições para o estabelecimento de portos e fortificações. É o que Milton Santos chama de a nossa *urbanização de fachada*. Para isso encontramos uma exceção, que são as vilas do planalto paulista, estabelecidas ao longo do Rio Tietê - ao avançar da costa, normalmente, o estabelecimento de novas vilas seguia o curso dos rios ou antigos caminhos indígenas. A tendência inicial de localização das vilas e cidades litorâneas era sua fixação em colinas elevadas ao longo da costa. Mais tarde, passaram a se fixar nas planícies imediatas à beira-mar.

Segundo Marx (1980, p.12):

“O estabelecimento urbano costeiro foi demoradamente exclusivo no Brasil, com apenas uma exceção. Reino antigo, Portugal plantou na Renascença bastiões nos quatro continentes. Sob a bandeira da luta dos infiéis contra o cristianismo, correu ao lucro mercantilista. Criou postos marítimos avançados e intermediários para respaldar o comércio e o domínio virtual das novas terras. Os espanhóis, ao contrário, fundaram as povoações, também e sobretudo, no interior de suas novas colônias.”

Deste fato origina-se a famosa expressão do Frei Vicente de Salvador, escrita em 1627: “... os portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (In: Marx, 1980, p.12).

Assim como para os espanhóis, a colonização portuguesa também foi orientada por **regimentos**, representados inicialmente pelas chamadas *Posturas* que eram fixadas pelas câmaras municipais. Os governadores e donatários das capitanias poderiam também estabelecer regimentos gerais. A exemplo, tem-se o regimento de Tomé de Souza, que indica a prioridade do povoamento da costa, expressando também receio de que entradas para o interior significassem o despovoamento no litoral brasileiro e demonstrando o interesse exploratório e comercial pelos produtos tropicais da costa brasileira, a começar pelo pau-brasil.

No início do processo de urbanização brasileira cabia aos donatários das capitanias as principais tarefas, inclusive a de criar vilas. Entre 1532 e 1650, das 37 vilas e cidades fundadas no Brasil, apenas 7 teriam sido por conta da coroa (REIS FILHO, 1969). Já nas capitanias pertencentes a coroa, cabia unicamente a essa o poder de criar vilas e cidades, de onde decorreu o fato de que os núcleos principais, as cidades, eram fundados nestes territórios e ficavam subordinados ao governador geral.

Essa situação de urbanização de fachada permaneceu praticamente inalterada até o século XVIII, com o descobrimento das minas no centro do país, tendo a mineração um caráter destacadamente urbano. Segundo Holanda (1984, p.69).

“A circunstância do descobrimento das minas, sobretudo das minas de diamantes foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios”.

Ainda assim, esta colonização para o interior sofreu tentativas de boicote por parte da Coroa Portuguesa, que temia qualquer produto colonial que pudesse concorrer com os controlados pelo monopólio comercial da metrópole.

---

<sup>3</sup> “A maior parte das cidades portuguesas, localizava-se junto ao mar ou nas margens dos rios. Uma situação privilegiada que encontramos em muitas cidades portuguesas, insulares e ultramarinas é a sua localização em baías abrigadas, com características de bom porto natural, com encostas suaves e percorridas por cursos de água doce, e com boas possibilidades de defesa através do aproveitamento de acidentes naturais localizados nos extremos da baía, onde eventualmente se viriam a construir fortificações” (Teixeira, 2000).

## A CULTURA URBANA PRÉ-COLOMBIANA.

*“[...] Nenhuma das vias romanas que vi em Itália, no Meio-dia da França e em Espanha, era mais imponente do que estas obras dos antigos Peruanos; e, o que é mais, certifiquei-me, por medidas barométricas, de que se encontram à altura de 3.391 metros, uns 320 acima do pico de Tenerife” (Humboldt, 1950, p.210/211).*

A Europa, à procura de novos territórios, buscava em verdade novos mercados e novos fornecedores, que seriam a solução para as tensões surgidas após a divisão da “cristandade medieval” em Estados Nacionais. Então, desde o século XVI passa a lançar seus marinheiros ao oceano para disputar a partilha do Novo Mundo. Porém, o processo de conquista fez vir à tona muitas novas tensões, tanto entre os Estados Nacionais europeus, quanto destes com os ameríndios. De certa forma, nesta tentativa de transplantar ou reconstruir para além-mar uma sociedade européia (seja ela francesa, espanhola, portuguesa ou holandesa), também as tensões vividas por estas sociedades na Europa foram transportadas, e ainda acrescidas de outras novas: os conflitos com os povos ameríndios pré-existentes (MAURO, 1975). No Nordeste brasileiro, por exemplo, as plantações e os engenhos de cana-de-açúcar foram inúmeras vezes destruídos pelos nativos. Segundo Raminelli (1992, p.166):

*“As construções urbanas – fortalezas, casarios... – talvez representassem para os indígenas uma ameaça, reprimindo as possíveis tentativas de revolta ou a retomada do território. O crescimento das vilas, a multiplicação dos prédios e moradias, somadas à edificação de engenhos e aumento dos canaviais, certamente, ofereciam aos nativos algum tipo de temor, pois demonstravam a capacidade de transformação do homem branco e a fragilidade dos recursos e armas de guerra manipuladas pelos antigos ‘donos da terra’”.*

Ainda segundo RAMINELLI (1992), temos como herança espacial deste fato, as Cidades Fortaleza, que foram a primeira experiência hispano-americana de cidade, onde no interior das muralhas homens guerreiros se refugiavam dos ataques indígenas e empreendiam guerras de conquista colonial.

Quando chegaram ao Brasil, os portugueses encontraram comunidades indígenas nômades e semi-nômades que viviam praticamente em estado neolítico; ou seja, não encontraram nenhuma estrutura que pudesse servir de base para sua organização espacial. Pouco antes, o litoral brasileiro havia sido quase totalmente conquistado pelos Tupi-Guaranis, o que representou certa vantagem em termos de comunicação (e dominação) destes povos, visto que falavam todos a mesma língua.

*“No Brasil, a exploração litorânea praticada pelos portugueses encontrou mais uma facilidade no fato de se achar a costa habitada de uma única família de indígenas, que de norte a sul falava um mesmo idioma” (Holanda, 1984, p.71).*

Não se poderia dizer que as comunidades indígenas brasileiras não tiveram papel importante no processo de acumulação que gerou a rede urbana do país, mas é fato perceptível que na América espanhola, as sociedades indígenas deixaram marcas mais profundas na paisagem. Segundo Rangel (1999, p. 53), a situação histórica destes povos pré-colombianos contribuiu para originar a organização das relações de produção feudais na parte espanhola<sup>4</sup> e escravistas na portuguesa<sup>5</sup>, o que foi decisivo para a evolução da configuração territorial latino-americana.

---

<sup>4</sup> “Quando os europeus conquistaram a América, as populações indígenas estavam organizadas sob modos de produção asiáticos (Impérios Azteca e Inca) ou em grupos tribais dispersos nas zonas equatoriais e tropicais de um lado e nas zonas de climas frios dos hemisférios norte e sul de outro. Os Impérios acima referidos cobriam áreas habitadas por populações numerosas e com altas densidades demográficas, ao contrário das demais e nelas foi possível aos conquistadores espanhóis impor precoce e militarmente o monopólio da terra, pois os milhões de indígenas não teriam para onde ir, a não ser ficar nas suas aldeias, enquadrados pela primeira instituição feudal nas relações de trabalho no continente americano, a encomienda” (Mamigonian, 1998).

<sup>5</sup> “Nas extensas áreas de climas equatorial e tropical e naquelas de climas frios e polares viviam populações indígenas pouco numerosas e nômades. Assim, diante da superabundância de terras e extrema escassez de trabalhadores, a produção comercial de gêneros tropicais (açúcar, etc), em pleno século XVI, só pode se concretizar com o uso de relações escravistas de trabalho, fazendo com que o monopólio do trabalhador (escravidão), mais do

O quadro humano que precede a chegada dos espanhóis, como posto acima, encontrava-se em outro estágio cultural em relação às tribos tupis brasileiras; os astecas, maias e incas, que sintetizam as sociedades ameríndias andinas e do planalto mexicano, eram considerados civilizações de alta-cultura. Organizavam-se politicamente em Cidades-Estado, no caso dos maias; Confederação no dos astecas e Império no dos incas, (PEREGALLI, 1986) sendo estas organizações quantitativamente numerosas e rigidamente hierarquizadas (DANTAS, 2004).

“Os dois grandes impérios, incaico e asteca, estabeleceram seu centro no Altiplano andino para o primeiro e no planalto central mexicano para o segundo. A capital do Tahuantisuyo, o Império incaico que se estendia ao longo do Pacífico, do rio Maule, no atual Chile, até a fronteira colombiana, era Cuzco, cidade do Peru situada a 3.650 m de altitude. [...] Mas o que mais admira o europeu é a existência de grandes cidades modernas de várias centenas de milhares, e mesmo de vários milhões de habitantes, dotadas de atividades industriais, em altitudes bem superiores àquelas da mais alta cidade da Europa [...]” (Rouquié, 1991, p.42).

Os colonizadores espanhóis, ao atingirem as terras altas da América, encontraram civilizações estruturadas com caráter urbano, que chegaram a parecer maiores e melhor organizadas que as cidades européias da época (Ver Figura I). O relevo escarpado, a primitividade dos meios de trabalho e os elos comunitários, forçavam a fixação das comunidades em um vale fértil que deveria ser explorado ao máximo, viabilizando a produção de um excedente que permitiu a divisão social do trabalho e deu origem a cidades – sedes do poder do estado, residência da nobreza, com seus guerreiros, funcionários e sacerdotes.



**Figura I** - Vista européia de Cuzco, gravura do século XVI.

Fonte: Benevolo, 2007, p. 482.

A construção de poderosas capitais era o meio que os “impérios” tinham de se impor aos povos conquistados. Desta forma, na chegada ao continente os espanhóis já encontram duas metrópoles para a época: Cuzco e Tenochtitlán. Tenochtitlán na época da conquista espanhola possuía 300.000 habitantes e uma estrutura urbana com sistemas de defesa e transporte, templos, residências, lojas etc. Também os maias, mesmo que em declínio na época da conquista, demonstraram pela arquitetura de suas cidades possuir técnicas desenvolvidas de construção. A base do sistema econômico destas culturas era a agricultura, porém, a produção de excedentes graças a técnicas desenvolvidas, como a irrigação e o emprego de instrumentos agrícolas, complexificou esta economia e fez com que surgissem outras atividades, como tecelões, artesãos, escultores, engenheiros, mercadores etc.

Entretanto, no momento da conquista espanhola a história destas culturas foi interrompida<sup>6</sup>. O número de cidades na porção da América conquistada pelos espanhóis caiu de

---

que o monopólio da terra, se tornasse o meio de produção fundamental naquelas circunstâncias, excluindo o trabalho assalariado, que seria caríssimo e por isso inviável” (Mamigonian, 1998).

<sup>6</sup> “Apesar da admiração que os conquistadores mostraram pelas vias e aquedutos dos Peruanos, não só não se deram ao trabalho de as conservar, mas até as destruíram deliberadamente, com o fim de utilizarem em novos monumentos as suas pedras talhadas artisticamente” (Humboldt, 1950, p. 215).

20 para 7 entre 1500 e 1600 (Ver Quadro I); de uma população estimada em 40 milhões de habitantes, em 1650 este número já não passava de 10 milhões<sup>7</sup>, em razão de massacres, epidemias, suicídios etc. (LATINOAMERICANA, 2006).

Ano	1500	1600	1700	1750	1800	1850	1900	1910	1920
<b>Região andina-norte</b>	20	7	11	13	10	9	22	30	33
<b>Bolívia</b>	...	3	3	3	2	2	4	6	6
<b>Colômbia</b>	...	...	1	3	2	1	10	16	16
<b>Equador</b>	...	1	2	2	2	3	3	4	4
<b>Peru</b>	...	3	5	5	4	3	5	4	7
<b>México</b>	10	3	4	6	8	11	26	29	27
<b>Brasil</b>	...	...	3	4	7	11	35	43	47
<b>Regiões temperadas</b>	...	...	...	1	2	3	17	27	46
<b>Argentina</b>	...	...	...	...	1	1	10	17	30
<b>Chile</b>	...	...	...	1	1	2	6	9	13
<b>Uruguai</b>	...	...	...	...	...	...	1	1	3
<b>Antilhas</b>	...	...	1	2	4	7	16	18	25
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>29</b>	<b>41</b>	<b>51</b>	<b>138</b>	<b>173</b>	<b>207</b>

**Quadro I** – Evolução do nº de cidades de 20 mil habitantes ou mais na América Latina  
Adaptado de LATINOAMERICANA, 2006, p. 1213.

Ao atingirem as terras americanas, os espanhóis projetaram de forma imediata e quase incontestável sua dominação sobre estas sociedades de norte a sul do Pacífico, aproveitando-se, em alguns casos, das sedes urbanas indígenas existentes<sup>8</sup>.

“A civilização urbana hispânica, após ter encontrado e assimilado a civilização urbana árabe, encontra e assimila a civilização urbana indígena. Tanto ela se instala nas suas ruínas (como no México e em Cuzco), quanto constrói ao lado, como em Lima, uma cidade espanhola circundada por cidades pré-espanholas. Por toda a parte ela retoma a rede de relações interurbanas criadas pelos indígenas. Daí a anterioridade e primazia da cidade no sistema espanhol na América.” (Mauro, 1975. p. 210).

De fato, o que os conquistadores fizeram foi apoderar-se destas cidades e instalar nelas suas estruturas. Logo que chegaram ao continente, foram percorrendo todas as cidades incas, maias e astecas e instalando nelas suas instituições administrativas, judiciárias e religiosas<sup>9</sup>. Ao conquistar a cidade de Tenochtitlán, Cortez a transforma na Cidade do México e impõe o tabuleiro de xadrez; o mesmo é feito por Pizarro em Cuzco.

<sup>7</sup> “Os historiadores discutem o número de mortos, mas ninguém nega a tragédia. Se a ilha de São Domingos tinha 8 milhões de habitantes em 1492, em 1514 restavam 32 000 homens. Se o vale do México comportava 25 milhões de pessoas, no final do século não passavam de 70 000. sessenta e oito por cento dos Maias pereceu nas mãos dos espanhóis. A população do Peru, que em 1530 era calculada em 10 milhões, em 1560 caiu para dois milhões e meio” (Peregalli, 1986, p. 4 - 5).

<sup>8</sup> “Pequeno número de cidades andinas foi fundado pelos espanhóis no lugar de antigas cidades incas. Podem-se citar, entre outras: Cuzco, Quito, Cajamarca, Arequipa etc. O resultado dessa mistura de civilizações é uma curiosa superposição que redundava na criação de um estilo urbano que se poderia qualificar de: hispano-incaico. [...] O exemplo mais notável é o de Cuzco, onde, em 1534, os espanhóis se viram em presença dos vestígios de uma cidade que atingira extraordinário desenvolvimento. Foram, portanto, obrigados a acomodar-se com seus limites e seu traçado. A Praça Principal utilizou o retângulo maior: Huacaypata, no qual se desenrolava as cerimônias da vida inca, e as residências dos conquistadores espanhóis de alta categoria ergueram-se no lugar dos palácios dos príncipes incas” (Cunill, 1968, p. 114).

<sup>9</sup> “Los protagonistas ignorados del espacio público del periodo colonial fueron los indígenas, quienes organizados en una mita urbana eran asignados a las labores de empedrado de las calles y construcción de edificios públicos, iglesias, acequias para el acueducto y alcantarillado, además de servir como cargueros y arrieros” (Páramo 2006, p. 74).

## O URBANISMO PORTUGUÊS E O URBANISMO ESPANHOL NA AMÉRICA LATINA.

*“As cidades coloniais americanas são as realizações urbanísticas mais importantes do século XVI”* (Benevolo, 2007, p. 495).

No período de conquista, espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses e franceses transplantaram e adaptaram sua cultura no Novo Mundo de maneiras diversas, tendo como determinantes as condições naturais e humanas encontradas, assim como as suas próprias. Nesse processo percebe-se que algumas estruturas mentais permaneceram quase inalteradas (como o direito, por exemplo) enquanto certas instituições (hospitais, conventos) e estruturas materiais (sistema de escravatura e sistema feudo-senhorial), em contato com nova condição geográfica, sofreram profundas alterações (MAURO, 1975).

Na América Latina em tempos de colonização ibérica, a fundação de um centro urbano era inicialmente um ato político oriundo do pólo externo (coroa espanhola ou portuguesa). Logo após a fundação, eram edificados os prédios religiosos (igrejas, Santas Casas de Misericórdia, mosteiros, conventos...), os prédios administrativos (câmaras ou cabildos), fortalezas e casarios para os cidadãos, com disposições no espaço e ordens diferentes, conforme o colonizador.

Milton Santos, em um de seus ensaios sobre a urbanização latino-americana (SANTOS, 1982), faz referência a dois tipos gerais quando se trata da formação do território sob influência do país colonizador. Um seria a *série hispano-americana*, que se caracteriza pela presença da Praça Mayor como ordenadora da estrutura e dos elementos do plano urbano. O segundo seria a *série brasileira*, caracterizada pela evolução irregular do plano. Estes tipos de formações das cidades dariam origem a uma distinção para a paisagem da *fachada do Atlântico* e da *fachada do Pacífico*. Segundo o autor, na fachada do atlântico a colonização inicia com a exploração comercial de produtos como açúcar, tabaco, algodão e trigo, enquanto a mineração viria depois. Já na fachada do pacífico ocorre o inverso, explorando-se primeiramente minerais como ouro e prata.

“Enquanto a economia portuguesa estava voltada para a dinâmica produtiva da propriedade rural, a América Espanhola se detinha à extração de metais preciosos para exportação, o que estimulou o desenvolvimento da economia urbana e, conseqüentemente, possibilitou a formação de núcleos urbanos especializados em atividades comerciais” (Sant’anna, 2002).

A maioria das cidades espanholas do período colonial foram constituídas no século XVI, enquanto este processo na América colonizada pelos portugueses só se inicia no final do século XVII.

De fato, a América espanhola possuiu no período colonial vida urbana muito mais intensa que a portuguesa. Também pode-se falar de uma “vida cultural” mais movimentada, como comprova o fato de no primeiro século de colonização na América espanhola já terem se estabelecido 5 universidades (HOLANDA, 1984). Segundo Raminelli (1992, p. 163):

“Tais práticas e instituições permaneceram desconhecidas por muitos séculos dos colonos da América portuguesa. Desse modo, se comparar a vida urbana dos domínios espanhóis com as vilas da costa nordestina do Brasil, constataremos a precariedade dos espaços coloniais portugueses localizados nessas paragens”.

Vários outros autores, como Victor Antonio Peluso Junior (1953), Nestor Goulart Reis Filho (1968, 2004), Sérgio Buarque De Holanda (1984) e Murilo Marx (1985) escrevem sobre esta diferenciação morfológica entre as cidades de colonização espanhola e portuguesa na América, a exemplo:

“a diferença entre as aglomerações urbanas portuguesas e espanholas na América é flagrante e ilustrativa neste aspecto; um traço distintivo ainda muito atual e muito claro entre as nossas urbes e as suas irmãs latino-americanas. O traçado em grelha destas dispunha de uma praça central – a Mayor ou de Armas – em torno da qual se instalaram os principais edifícios do poder temporal e, quase sempre, a matriz ou sé. Pretendido, obrigatório e realizado, esse centro cívico era de hegemonia inquestionável e aparência incontrastável nas terras americanas de Castela. Qualquer outro centro de atração, até mesmo os monumentais conventos das

ordens religiosas mais influentes, não chegava a ameaçar a sua primazia na ordenação urbanística de vilas e cidades” (Marx, 1980 p.28-29).

Devido às facilidades de comunicação, os portugueses tinham preferência por estabelecerem-se na costa. Quando não, estavam no interior imediato próximo a um rio navegável, e isso também se deve à ligação histórica deste país com o oceano, como marinheiro e pescador hábil. As primeiras aglomerações urbanas em território brasileiro foram cidades portuárias, por onde se escoava produtos extraídos daqui para a Europa.

Muitos historiadores, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, classificam o trabalho dos portugueses em nosso país mais como uma *feitorização* do que uma colonização. Na verdade a conquista portuguesa do nosso território se caracterizou mais como um trabalho de exploração mercantilista de produtos (pau-brasil, cana, tabaco, ouro...) do que uma ocupação territorial. Segundo Petrone (1970, p. 130):

“Duas ordens de fatores presidiram as limitações do estabelecimento do europeu durante o século XVI dentro da faixa litorânea: uma relacionada com as próprias circunstâncias da natureza histórica que envolveram os primórdios do povoamento; outra, de natureza essencialmente geográfica. A primeira explica-se pelo interesse mercantilista da época, a que não fugiram os portugueses. Estes instalaram-se na costa com feitorias, núcleos de escambo com o objetivo de aproveitar os produtos da terra. O comércio foi o móvel dos que aqui se fixaram, o Atlântico sendo utilizado como via de passagem, elo de união com a metrópole, a Pátria para onde olhava a colônia nascente. A segunda refere-se aos entraves representados pelas condições físicas, o relevo particularmente, que tornaram difíceis as tentativas de penetração”.

Pode-se dizer que enquanto Portugal praticou no Brasil uma colonização predatória da extração do pau-brasil, não existiu urbanização. Com a criação das capitâneas inicia-se uma nova fase de colonização, e as vilas e cidades fundadas durante o período colonial no Brasil, podem ser pensadas como os componentes nucleares do sistema social da colônia.

A partir do século XVII quando se trabalham com culturas que penetram o interior, particularmente com o desenvolvimento de cidades devido à atividade de mineração, é que começa a se formar a rede urbana brasileira, inicialmente tendo como pólo central metrópoles dominantes exteriores (Ver figuras II e III).

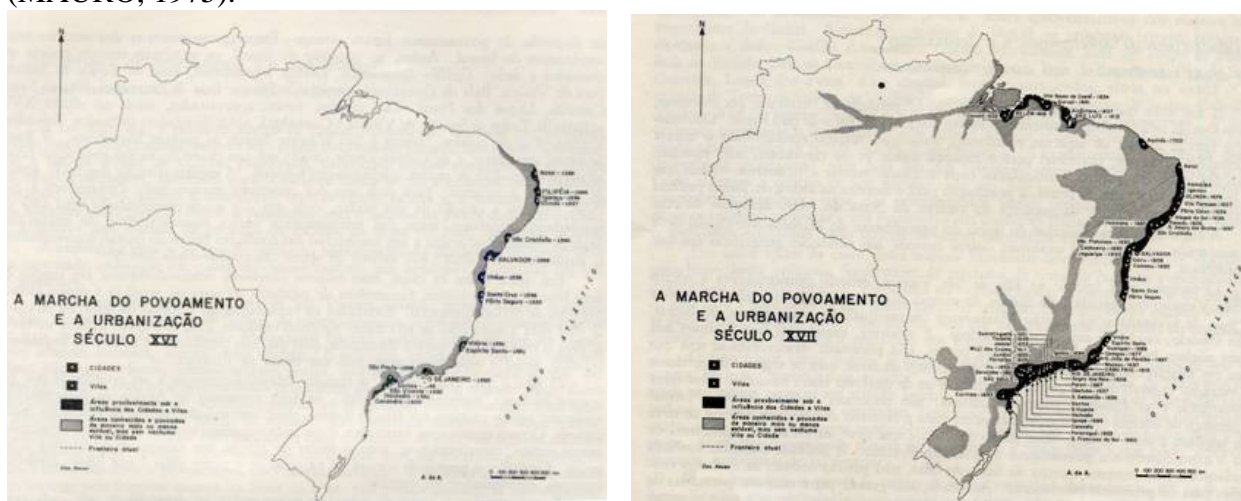
“Essa PRIMAZIA acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão” (Holanda, 1984, p.61).

Esta primazia econômica do espaço rural brasileiro durante o período colonial é inquestionável, porém percebe-se a ligação entre este a cidade pela importância da existência do espaço urbano para o processo de conquista, no sentido de que este representava o ponto de partida da colonização. As vilas tinham também o importante papel de centralizar populações que antes viviam dispersas pelo território, de modo a submetê-las ao controle político, administrativo e fiscal da coroa.

Nas vilas menores fundadas pelos donatários, as atividades econômicas eram extremamente reduzidas e sua população era intermitente. Até a metade do século XVII, a vida dos núcleos urbanos brasileiros era diretamente ligada ao mundo rural. Sua população permanente era pouquíssima numerosa, composta por 3 ou 4 funcionários, pequenos comércios e oficinas e escravos que trabalhavam principalmente na estiva. Grande parte do espaço urbano era destinada a construção das residências dos grandes proprietários rurais, que boa parte do tempo ficavam residindo nos engenhos, dando um aspecto de abandono às vilas. Nos centros maiores (Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luiz, Belém), o contingente de população permanente era maior.

A partir da fundação, a vila era equipada com todas as instituições comuns a uma cidade: igrejas, câmara, prisões, alfândegas etc., porém, ainda de maneira primitiva, o que fazia com que pouco se diferenciasssem de um simples povoado. As primeiras cidades propriamente ditas que se

tem registro em território brasileiro são Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tomé de Souza em 1549; São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565 e Filipéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), fundada em 1585; todas elas cidades marítimas. (MAURO, 1975).



**Figuras II e III** – Povoamento e Urbanização do Brasil no século XVI e XVII.

Fonte: Petrone, 1970, p. 131.

Ao contrário do que se costuma pensar, com muito menos refinamento do que os espanhóis, os portugueses também pensaram a morfologia urbana das cidades que fundaram na colônia. Os modelos adotados, por sua imperfeição geométrica e adaptação às condições do terreno, muitas vezes são confundidos com a ausência de um pensamento urbano português.

O que se destaca no urbanismo português, é a estreita relação entre a estrutura territorial e a urbana, motivo pelo qual, não se pode classificá-lo utilizando conceitos absolutos de planejado, ou não planejado, racional ou não racional<sup>10</sup>. As cidades portuguesas na América se moldam ao território, a custo de um menor rigor geométrico em relação às espanholas. As ruas adaptavam-se as condições topográficas, e tendiam a se organizar como ligação entre pontos, sem intenção de ordenação geométrica<sup>11</sup>. Com o tempo, os traçados desregulares e as ruas tipicamente estreitas iam se mostrando inadequados, então um novo núcleo se fundava ao lado do antigo, o que é atestado pela presença dos chamados centros históricos ou antigos nos centros urbanos brasileiros.

“Em nosso continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: -por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoamento estáveis e bem ordenados” (Holanda, 1984, p.62).

Segundo Teixeira (2000), o urbanismo português caracteriza-se em diferentes épocas e lugares, pela ocorrência de duas vertentes, as quais o autor denomina de *vertente vernácula*, que tem como característica esta grande ligação com o sítio, e *vertente erudita*, que baseia-se em sistemas ortogonais. Estes dois tipos de implantação de cidades, também poderiam existir de forma combinada em um mesmo lugar.

<sup>10</sup> “Se as cidades portuguesas não apresentavam por vezes um carácter absolutamente geométrico, isso não significa que não houvesse os conhecimentos técnicos suficientes para o fazer, mas antes que da cultura urbana portuguesa fazem também parte outras tradições, outros princípios e outras concepções urbanas que não tinham necessariamente uma base geométrica e que ao longo dos tempos sempre permearam os seus traçados” (Teixeira, 2000).

<sup>11</sup> “É verdade que o esquema retangular não deixava de manifestar-se – no próprio Rio de Janeiro já surge um esboço – quando encontrava poucos empecilhos naturais. Seria ilusório, contudo, supor que sua presença resultasse da atração pelas formas fixas e preestabelecidas, que exprimem uma enérgica vontade construtora, quando o certo é que precedem, em sua generalidade, dos princípios racionais e estéticos de simetria que o Renascimento instaurou, inspirando-se nos ideais da Antiguidade. Seja como for o traçado geométrico jamais pode alcançar entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas” (Holanda, 1984, p.75-76).

No Brasil, o que se verifica é uma primeira etapa de urbanização vernácula, onde o traçado urbano realmente seguia espontaneamente às exigências do território, e uma segunda etapa (séc. XVIII), onde, após a publicação da Provisão Real de D. João VI (01/08/1747), a colonização é orientada por algumas normas urbanísticas<sup>12</sup>. A partir do início do século XVIII, a vida dos principais centros urbanos adquire uma nova escala, suficiente para justificar o emprego de padrões urbanísticos mais elevados (Ver figura IV).

“A racionalidade do urbanismo português vai ter a sua expressão mais estruturada no século XVIII, em sintonia com desenvolvimentos contemporâneos do urbanismo europeu, em resultado da longa experiência de urbanização e da cada vez maior racionalização dos traçados urbanos que se observa ao longo dos séculos XVII e XVIII, particularmente no Brasil” (Teixeira, 2000).

Ainda sobre isso, coloca Marx (1980, p. 24-25):

“Como as cidades medievais, acomodando-se em terrenos acidentados e à imagem das portuguesas, as povoações brasileiras mais antigas são marcadas pela irregularidade. [...] É constante a presença de ruas tortas, das esquinas de ângulos diferente, da variação de largura nos logradouros de todo o tipo, do sobe-e-desce das ladeiras. O sítio urbano, geralmente, decide e justifica esses traçados irregulares. [...] os corações históricos das maiores e mais transformadas aglomerações atuais são exemplos desta característica, nossa velha conhecida”.

O fato de se localizarem na costa litorânea, determinou outra tendência das cidades brasileiras estabelecidas durante o período colonial: a linearidade.



**Figura IV** - Planta de Salvador (1625)

Fonte: REIS FILHO, 2006.

Quanto às características das cidades de fundação espanhola na América Latina, estas seguiam um traçado regular, ortogonal, e eram fixadas em locais apropriados para tal: grandes “planaltos” em altas altitudes, os altiplanos<sup>13</sup>. Segundo Marx (1980), este tipo de desenho foi aprendido dos tratados de arquitetura dos teóricos renascentistas, os quais TEIXEIRA (2000) sintetiza neste parágrafo:

<sup>12</sup> “A componente vernácula corresponde, na maior parte dos casos, às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem técnicos especializados e em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características topográficas dos seus locais de implantação. A componente erudita está geralmente presente em posteriores fases de desenvolvimento, quando o crescimento urbano ou a importância da cidade justificavam a participação de técnicos especializados, detentores de uma formação teórica” (Teixeira, 2000).

<sup>13</sup> A colonização espanhola no continente iniciou-se na verdade pelas Antilhas, mas em menos de uma década passou a se concentrar nos altiplanos. Também não pode-se deixar de citar importantes cidades portuárias que se desenvolveram em ligação com as hinterlândias, a exemplo de Cartagena das Índias, no litoral caribenho da Colômbia, Valparaíso no Chile e Caracas, capital venezuelana. Segundo Cunill (1968, p. 116), “A colonização espanhola fundou também cidades na costa, para assegurar comunicações fáceis com a metrópole de além-mar, que alcançaram grande desenvolvimento. As cidades marítimas mais importantes e mais típicas são: La Guairá, Puerto Cabello, Cartagena, Barraquilha, Buenaventura, Guaiquil, Callao, Valparaíso, Talcahuano”.

“Ao mesmo tempo, a estrutura regular de uma cidade era vista como a expressão, e a necessária consequência, de uma sociedade perfeita e ordenada. A cultura renascentista encarava a cidade como uma parte vital da sociedade, e a expressão visível da sua organização. Consequentemente, uma sociedade organizada tinha necessariamente de se expressar através de uma cidade perfeitamente estruturada segundo princípios racionais e planeada de uma forma regular. Esta cidade assim estruturada era, por sua vez, o enquadramento necessário para o pleno desenvolvimento de uma sociedade perfeita. Todas as utopias políticas ou sociais dos séculos XVI e XVII tinham a sua própria visão da cidade. A “Utopia” de Thomas More, a “Cidade do Sol” de Campanella ou “A Nova Atlântida” de Francis Bacon, entre muitas outras, reflectem sobre a organização perfeita da sociedade e a correspondente organização racional do seu contexto urbano, baseando-se de uma forma mais ou menos explícita na “Republica” de Platão ou na “Cidade de Deus” de Santo Agostinho. As especulações teóricas sobre as morfologias da cidade ideal tinham a principal fonte em Vitruvius. O seu tratado serviu de base a inúmeras obras teóricas sobre a cidade ideal, escritas por toda a Europa, incluindo Portugal, a partir do século XV. Utilizando os novos recursos da imprensa, a primeira publicação do tratado de Vitruvius é feita em Itália, em 1486, seguido por outras edições em diferentes países”.

Segundo DANTAS (2004), os espanhóis ao chegarem na América, vislumbraram terras propícias para realização destes ideais renascentistas<sup>14</sup>. O **plano regular** representaria a vontade humana de ordenar a sociedade e regular a natureza, dominando o mundo conquistado.

A fundação das cidades espanholas na América começava pela **Praça Maior**, de formato quadrilátero, em que a boa proporção seria de 600 pés de comprimento por 400 de largura. Localizada na zona de desembarque do porto quando na costa e no centro da povoação quando no interior, a praça servia como referência para o posterior traçado das ruas. As 4 principais partiriam do meio de cada face da praça, com o cuidado para que acompanhassem a orientação dos 4 pontos cardeais. Esse formato quadriculado das cidades espanholas, conhecido como **Tabuleiro de Xadrez**<sup>15</sup>, que cerca a *plaza mayor*, só se altera devido a acidentes do relevo e a existência de caminhos pré-colombianos regionais ou cursos de rios no campo de expansão da cidade.

A praça maior tem um grande significado social para as cidades da América colonizada por espanhóis<sup>16</sup>. De espaço de demonstração de poder na época colonial, tornara-se século XX espaço primordial de protesto contra os poderes. Nos primeiros séculos da colonização, quando as cidades ainda não contavam com meios de comunicação e informação, os cidadãos deslocavam-se até a Praça Maior para inteirarem-se dos fatos. A composição social do espaço urbano dava-se em relação a praça central, ficando as classes altas próximas a estas.

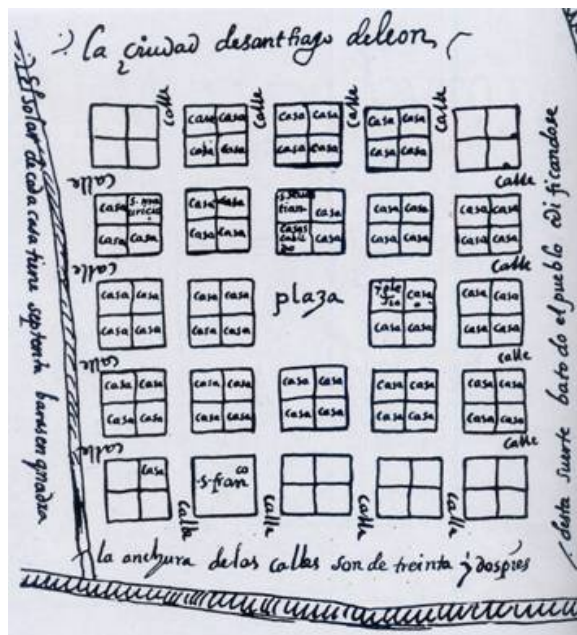
As orientações para a fundação das cidades espanholas eram dadas pela Lei das Índias. A primeira cidade implantada pelos espanhóis seguindo esse plano foi São Domingos, em 1496, seguida por La Habana, Guatemala, Campeche e Panamá (Ver Figuras V).

---

<sup>14</sup> “Estas regras derivam seja da tradição medieval (as novas cidades fundadas no século XIII e na primeira metade do século XIV – as bastides francesas, os poblaciones espanholas – difundidas em todos os campos europeus), seja da cultura renascentista: dos textos e tratados (Vitruvius, Alberti etc) e do espírito de regularidade geométrica, que agora se tornou um hábito comum e uma exigência primária na técnica produtiva” (Benevolo, 2007, p. 488).

<sup>15</sup> O escrito pioneiro de Dan Stanislawski datado de 1962, *The Origin and Spread of the Grid-Pattern Town*, demonstra a o sentido da difusão do Tabuleiro de Xadrez na História: Ásia Menor > Grécia > Roma > Península Ibérica > Inglaterra > Índia > América (CORREIA, 2003). Além disso, Benevolo (2007, p. 505), nos aponta que: “O modelo em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis no século XVI para traçar novas cidades na América Central e Meridional, é aplicado pelos franceses e pelos ingleses no século XVII e no século XVIII, para colonização da América Setentrional”.

<sup>16</sup> “La plaza dentro de este periodo colonial sirvió como arena de una variedad de actividades que incluían: espetáculos público, actividades comerciales, festividades religiosas y militares, corridas de toros, y lugar de castigo y ejecución de prisioneros” (Páramo, 2006, p.69).



**Figura V** - Planta da fundação da cidade de Santiago de Leon, hoje Caracas.  
 Fonte: Benevolo, 2007, p. 488.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs-se a fazer uma análise de três dos principais elementos da *combinação* que configurou as diferentes morfologias urbanas nas cidades coloniais latino americanas, dentro da perspectiva das *múltiplas determinações*. São estas: a configuração física; o pensamento urbano espanhol diferente do português; e forma de organização das sociedades ameríndias pré-existentes (caráter já urbano, sedentário, das sociedades andinas frente ao nomadismo e semi-nomadismo dos tupis habitantes do litoral brasileiro).

Expôs-se como a própria situação histórica de cada um dos quadros humanos habitantes da América pré-colombiana, contribuiu para originar a organização das relações de produção feudais na parte espanhola e escravistas na parte portuguesa. Também, há diferença entre se estabelecer uma nova ordem, uma hierarquia em sociedades que praticamente já conheciam uma organização hierárquica, uma lei, como no caso das sociedades incas, maias e astecas. Ora, como nos coloca Ignácio Rangel na Dualidade Básica da Economia Brasileira, o feudalismo caracteriza-se por permitir a pulverização do poder em vários poderes, que evoluem regionalmente em várias nações, enquanto as relações de produção escravistas são centralizadoras do poder, originando uma só nação. O exemplo histórico deste fato é da configuração do Império Romano (escravista, uma só língua) frente á organização do feudalismo na Europa (que resultou em vários reinos). No feudalismo, o meio de produção é a terra, o que exige uma fixação do trabalho em um determinado lugar, enquanto o escravo, um “bem” móvel, pode circular pelo espaço de domínio.

Percebe-se também a relação entre a atividade de mineração e a formação das cidades, ou seja, a ligação desta com a vida urbana. Os espanhóis fundaram as primeiras cidades em locais especialmente escolhidos pelo interesse da exploração de minerais preciosos, principalmente ouro. No Brasil, a primeira atividade de caráter urbano no período colonial foi a mineração, praticada no planalto central.

A escolha destes locais pelos espanhóis (os altiplanos, ao pé das montanhas onde eles acreditavam encontrar ouro), facilitou a impressão de seu pensamento urbanístico na estrutura das cidades. Estes espaços amplos e planos eram ideais para o traçado retilíneo da cidade, em forma de tabuleiro de xadrez, o que seria muito difícil de ser construído nas mesmas proporções no litoral recortado pelas serras cristalinas do Brasil. Aqui portugueses se instalaram em virtude de seus iniciais interesses exclusivamente exploratório-comerciais e as primeiras vilas apresentam um traçado curvilíneo, que se desenha espontaneamente de acordo com o sítio.

Outra constatação interessante foi quanto a limitação da interpretação que concentra-se unicamente no papel do colonizador, força externa, no processo de configuração da morfologia urbana das cidades latino-americanas para se diferenciar a colonização e a urbanização feita pelos ibéricos em nosso continente. Trabalhos representados pelo famoso capítulo o Semeador e o Ladrilhador de Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda, costumam diferenciar as duas colonizações, quanto a estruturação das cidades, em torno da racionalidade do tabuleiro espanhol e da “inocência” das curvas portuguesas. Estas análises mostram-se insuficientes neste aspecto, quando se compara a importância que tinha o urbano para os espanhóis frente aos portugueses nos séculos XVI e XVII. A colonização espanhola foi uma colonização urbana enquanto a do Brasil foi predominante rural (salvo algumas poucas vilas fundadas durante este período com função administrativa, como Salvador) até praticamente o século XVIII.

Desta forma, para o Brasil, não foi necessária uma lei que regulamentasse a urbanização no século XVI – tal como a Lei das Índias de 1573 utilizada pelos espanhóis – simplesmente porque neste período o fenômeno urbano não existia. A partir do século XVIII, quando a rede urbana começa a se formar, consolidar no litoral e se expandir para o interior motivado pela mineração<sup>17</sup>, é publicada a Provisão Real de D João VI, 1747.

O resultado desta teia complexa de determinações, internas e externas, naturais e históricas, ou melhor, geográficas, resulta em diferentes formações sócio-espaciais e urbanas nestas duas faces do continente latino-americano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aroldo de. **Introdução**. In: *América do Sul Andina*. Geografia de América Latina. Métodos y temas monográficos. Editorial TEIDE: Barcelona. UNESCO: Paris, 1975.

BENEVOLO, Leonardo. **A colonização europeia no mundo**. In: *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Geografia Cultural e o Urbano**. In: Corrêa, R.L; Rosendahl, Z. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNILL, Pedro. **A América Andina**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

DANTAS, Ana Claudia de Miranda. **Cidades coloniais americanas**. Enciclopédia virtual Vitruvius (arquitextos). Texto especial 241, julho de 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp241.asp>. Acesso em julho de 2007.

---

<sup>17</sup> Sobre isso, Silva, (2007, p. 4) nos explica que: “Marcada por uma história latifundiário-escravista, resultante da condição colonial comandada pelo mercantilismo português, a formação social brasileira conheceu de início uma ordem espacial em que se destacavam ‘poucas cidades litorâneas grandes (para a época) cercadas de rural’: de fato, se ‘o caráter exportador e dominador requeria a presença de cidades, o caráter latifundiário e escravista das relações de produção mostrou-se pouco urbanizador (apenas os grandes fazendeiros residiam nas cidades, (MAMIGONIAN, 1982, p. 205). A maciça entrada de imigrantes europeus a partir de meados do século XIX, inseridos em relações de produção não escravistas, transformou profundamente este quadro. Foi o Sul do Brasil (ao lado de São Paulo), aliás também marcado pelo latifúndio e por relações de produção apoiadas na extração extra econômica do excedente, que conheceu aqui as maiores mudanças. Com efeito, esta região havia sido dinamizada, pelo menos desde 1720, pela zona da mineração, que, lhe abrindo espaço, através da feira de Sorocaba, para amplo comércio de animais de carga, permitiu estruturar uma forte economia latifundiária (SINGER, 1977) – aliás continuada, por meio da economia do charque (1810-1875), mesmo quando os negócios da mineração entraram em decadência (CASTRO, 1980). Resultaram dessa economia grandes cidades comerciais, como Rio Grande e Pelotas, no Rio Grande do Sul, bem como outros tantos centros comandando uma hinterlândia de mesmo tipo, como os surgidos do famoso caminho de Viamão, a partir das chamadas invernações (Lages, em Santa Catarina, Lapa, Curitiba, Ponta Grossa, Castro, todas no Paraná) (PADIS, 1981)”.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1984.

HUMBOLDT, Alexandre von. **A Planície de Cajamarca, Antiga Residência do Inca Atualpa**. In: *Quadros da natureza*, volume 2, páginas 207- 254. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1950.

**LATINOAMERICANA**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe / coordenador geral Emir Sader. São Paulo: Boitempo / Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. **As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina**. In: Andrade, Manuel Correia *et al.* (orgs) *O Mundo que o Português criou*. Recife: CNPq/Fjn, 1998.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. EdUSP / Melhoramentos: São Paulo, 1980.

MAURO, Frédéric. **Do Brasil à América**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PÁRAMO, Pablo; PRADOS, Mônica Cuervo. **Historia social situada en el espacio público de Bogotá**: desde su fundacion hasta el siglo XIX. Bogotá: Universidade Pedagógica Nacional / Iberoamericana, 2006.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **Tradição e Plano Urbano**. Boletim Geográfico n° 14 (133), 1956/ ou Comissão Catarinense de Folclore, Florianópolis, 1953.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual / Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

PETRONE, Pasquale. **Povoamento e colonização**. In: Azevedo, Aroldo de (coord). *Brasil: a terra e o homem*. Vol II. São Paulo: Companhia Editora Nacional / EdUSP: 1970.

RAMINELLI, Ronald. **Simbolismos do Espaço Urbano Colonial**. In: Vainfas, Ronaldo (org). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

RANGEL, Ignácio. **500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil**. Geosul – Revista do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, n 15 – Ano VII – 1º semestre de 1993.

\_\_\_\_\_, Ignácio. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. São Paulo: Bial, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Editora Pioneira / EDUSP, 1968.

\_\_\_\_\_, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Imprensa Oficial / EDUSP, 2006.

ROUQUIÉ, Alain. **Os Quadros Geográficos e o Estabelecimento Humano**. In: *O Estremo Ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da USP, 1991.

SANT'ANNA, MARCEL CLÁUDIO. **Período colonial:** outras possibilidades de leitura sobre o planejamento das cidades na América Latina. Texto publicado no ano de 2002. Disponível em: [http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo\\_colonial.pdf](http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo_colonial.pdf).

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre urbanização latino-americana**, São Paulo: HUCITEC, 1982. **SEGURIDAD, CONVIVENCIA Y JUSTICIA**. Boletim mensal. Secretaria de Gobierno de Bogotá. Números 1 a 11, janeiro a novembro de 2006.

SILVA, Marcos Aurélio da. **Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento urbano e regional: notas sobre o sul do Brasil**. In: Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis: Publicação Digital, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira**. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida - Lisboa 2000. Disponível em: <http://urban.iscte.pt/revista>. Acesso em setembro de 2007.